



A democracia que não veio. Virá?

Giovanni Semeraro*

*A revolução, e não a crítica, é a verdadeira
motriz da história
(Marx, A Ideologia Alemã).*

*Renunciar ao antagonismo político
significa reduzir a dialética a um processo
de evolução reformista, de revolução-
restauração em que só o segundo termo sai
ganhando
(Gramsci, Cadernos do Cárcere).*

Resumo: Na atualidade, não faltam escritos, debates e discursos sobre democracia. No entanto, mais do que apelos à vigilância e contribuições à permanente renovação e expansão, as atuais reflexões evidenciam principalmente a profunda crise, o descrédito e os ataques que, no Brasil e no mundo, são desferidos contra a democracia. Neste artigo, apresentamos o percurso histórico, as matrizes teóricas e a configuração predominante que a democracia adquiriu no mundo moderno e contemporâneo. Focalizamos, particularmente, as contradições e as razões que geraram o esvaziamento e a sua decadência. Mas, ao mesmo tempo, resgatamos autores e movimentos políticos que delinearam uma outra concepção de democracia, apontando desafios e possibilidades para construir uma nova civilização capaz de socializar efetivamente o poder econômico, político e cultural em um planeta a ser cuidado como casa comum.

Palavras-chave: Democracia; Ordem Mundial; Poder Popular.

* Doutor em Filosofia Política na Università Degli Studi di Padova (UNIPD). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor titular em Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ. E-mail: gsemeraro07@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6956417347930716>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4230-3598>.

**The democracy that did not come.
Will come?**

Abstract: Currently, there is no shortage of writings, debates and speeches on democracy. But more than arousing vigilance and expansion, current reflections highlight the deep crisis, discredit and attacks that are being launched against democracy in Brazil and around the world. This article presents the historical path, the theoretical concepts and the predominant configuration that democracy has acquired in the modern and contemporary world. Throughout the text, particular emphasis is placed on the contradictions and reasons that led to the emptying and its decline. But, at the same time, authors and political movements that have outlined another conception of democracy are redeemed, indicating challenges and possibilities for building a new civilization capable of socializing economic, political and cultural power on a planet to be treated as a common home.

Keywords: Democracy; World Order; People Power.

**La democrazia che non si è realizzata.
Verrà?**

Riassunto: Attualmente, non mancano scritti, dibattiti e discorsi sulla democrazia. Ma più che suscitare vigilanza e contributi alla permanente rinnovazione e espansione, le riflessioni attuali mettono in rilievo principalmente la profonda crisi, il discredito e gli attacchi che in Brasile e nel mondo vengono sferrati contro la democrazia. In questo articolo vengono presentati il percorso storico, le matrici teoriche e la configurazione predominante che la democrazia ha acquisito nel mondo moderno e contemporaneo. Lungo il testo si mettono particolarmente in risalto le contraddizioni e i motivi che hanno portato allo svuotamento e alla sua decadenza. Ma, allo stesso tempo, si riscattano autori e movimenti politici che hanno delineato un'altra concezione di democrazia, indicando sfide e possibilità per costruire una nuova civilizzazione capace di socializzare effettivamente il potere economico, politico e culturale in un pianeta da trattare come casa comune.

Parole chiave: Democrazia; Ordine Mondiale; Potere Popolare.

A democracia das modernas revoluções burguesas

Ao longo da época moderna, nos embates que travou contra o feudalismo e o absolutismo, a burguesia conquistou o poder político revolucionando “continuamente os meios de produção e com isso as relações de produção e, portanto, todo o conjunto das relações sociais” (Marx; Engels, 2009, p. 9). Juntamente com o ímpeto da economia capitalista e as transformações científicas e tecnológicas, essa nova classe introduziu ordenamentos sociais e normas para as eleições democráticas. Anunciava-se, então, a criação de uma nova civilização baseada na liberdade, na universalização dos direitos, no protagonismo de organizações políticas, no controle e direcionamento democrático do poder. Um conjunto de perspectivas que levou também Gramsci a reconhecer o papel decisivo de “uma internacional espiritual burguesa” (2004, p. 59) e da sua “força motora econômica na Europa que, com a Revolução francesa, alcançou pleno domínio” (1975, Q6, §10, p. 691).

No entanto, ao se consolidar no poder, a burguesia organizou a sociedade de acordo com seus interesses, plasmando também a função do Estado e o formato de democracia. Estes, à semelhança das transações comerciais e da mentalidade utilitarista da nova classe dominante, gestada particularmente na “sociedade civil”, nas associações corporativas e nas lojas maçônicas (Habermas, 1984), foram configurados em termos de “contrato” baseado no direito inviolável da “lei da propriedade privada” e do “*laissez faire*”, a salvo da interferência do Estado e das reivindicações populares. O contrato, claro, era estabelecido entre desiguais na manutenção das suas posições de classe, entre donos dos meios de produção e despossuídos, entre patrão e empregado, um pacto a ser desrespeitado sem hesitação toda vez que fosse desfavorável aos detentores do poder. Pois, na “guerra de todos contra todos” desencadeada na Era Moderna, o poder foi abertamente entendido como uso inescrupuloso da força e da determinação inflexível dos “novos senhores”, livres de amarras religiosas, morais e sentimentais.

O “contratualismo” tornou-se, então, a grande metáfora da modernidade, impregnando também a elaboração teórica de diversos

filósofos e intelectuais modernos que exaltaram a liberdade e a centralidade do indivíduo, a determinação para “tornar-se senhor e dominador da natureza” (Descartes, 1989, p. 65), configurando a universalização do ser humano nos moldes delineados pela burguesia e orientando o conhecimento e a ciência em vista da produção de riquezas e da afirmação do poder.

J. J. Rousseau, no entanto, já evidencia contradições na nova classe burguesa. Na segunda parte do *Discurso Sobre a Origem das Desigualdades Humanas* traça uma imagem eloquente do que ocorreu na formação da sociedade moderna: “o primeiro que, tendo cercado um terreno, chegou a dizer ‘este é meu’ e encontrou pessoas bastante estúpidas para acreditar nele, foi o fundador da sociedade civil” (Rousseau, 2018, p. 118). Ademais, ao desmitificar o projeto da nova sociedade inspirado na democracia grega, afirma que esta “não era uma democracia, mas uma aristocracia tirânica governada por sábios e oradores” (Rousseau, 1964, p. 246), alerta para a nova tirania instaurada pela burguesia. Assim, diversamente da corrente dominante, no *Contrato Social* introduz os conceitos de “vontade geral” e de “vínculos de igualdade no corpo social” e sustenta que os indivíduos se tornam livres quando pertencem a um corpo social dentro do qual “a força do Estado faz a liberdade dos seus membros” (Rousseau, 1996, II, XII, p. 74).

Também para Hegel o indivíduo não pode ser entendido fora do contexto histórico e do conjunto social, por isso, levanta críticas à desagregação decorrente do individualismo que faz de “cada um fim para si mesmo” e à violência instalada na “sociedade civil” burguesa pela desenfreada competição econômica, em que as normas são feitas pelos mais fortes, de modo que “ser membro do Estado torna-se algo que depende do próprio bel-prazer” (Hegel, 1966, §258). Em oposição às teorias contratualistas que apresentam o Estado como uma construção artificial de indivíduos privados, como instrumento para garantir a segurança, os negócios e a propriedade privada, um mero “vigia noturno” e aparelho “policial” a serviço da classe detentora do poder econômico, Hegel sustenta que não é possível colocar na base da sociedade um contrato de direito privado, estipulado entre indivíduos atomizados e centrados em interesses corporativos.

Com efeito, da mesma forma que entende o trabalho não apenas como meio de sustentação, mas como “obra ética de um povo”, Hegel, elabora a concepção de Estado como “totalidade orgânica do povo”, como “comunidade de cidadãos livres” (Hegel, 1996, §§73-81) capaz de garantir a todos os direitos fundamentais. Então, tanto para Rousseau como para Hegel, somos livres na sociedade enquanto iguais na liberdade comum, enquanto partes de um todo, em uma universalidade garantida por instituições públicas necessárias para enfrentar a dominação da “enorme riqueza dos privados” (Hegel, 1996, §§245-246) e a falsa comunidade de indivíduos atomizados e massificados pelo utilitarismo.

Mas as crises que começaram a surgir e as críticas à moderna sociedade burguesa (Koselleck, 1984) não impediram a burguesia de interditar a expansão da democracia e de combater qualquer sinal que a entendesse no sentido efetivo de “poder do povo” (*δημος κρατία*). Na prática, salvo algumas concessões sociais estratégicas, o que se consolidou ao longo da modernidade foi uma democracia moldada pela burguesia para proteger seu status e riquezas, adquiridas, principalmente, pela “acumulação primitiva” (Marx, 2003, p. 825), por meio de rapinas e pilhagem, exploração e escravidão, em consonância com o modo de produção engendrado pelo colonialismo e o capitalismo.

Por isso, da mesma forma que o capitalismo saqueia regiões colonizadas, apropria-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores e transforma tudo em mercadoria, a “democracia” em consonância com esse sistema confisca o poder constitutivo da “soberania popular” e torna os cidadãos meros eleitores, induzidos periodicamente a legitimar a classe dominante, transformando, dessa forma, a prerrogativa que pertence a todos, em monopólio de poucos. Ironia da história! Quando o mundo se livrava do mito do poder concebido como sendo de derivação divina e transmitido por linha hereditária, transferir-se-ia esse monopólio para uma nova casta: a “comunidade dos senhores” criada pelo capital (Losurdo, 2005, p. 216).

Tal contradição não passou despercebida a Karl Marx que, além de analisar os mecanismos nefastos do Capital, desvendou a hipocrisia da burguesia. Esta, de fato, de um lado se apresentava como *bourgeois*,

indivíduo com liberdade absoluta para realizar transações econômicas sem entraves e, por outro lado, proclamava-se *citoyen*, cidadão de um Estado universal, de uma “comunidade ilusória” que afirma a igualdade de todos, mas na prática utiliza o aparelho estatal para beneficiar os mais fortes e manter as massas subjugadas (Marx, 2010, p. 55). Contradição semelhante denuncia Marx ao observar que a hipocrisia e “a intrínseca barbárie da civilização burguesa aparecem sem véus, quando das metrópoles onde assumem formas respeitáveis, voltamos nossos olhos para as colônias” (Marx; Engels, 1955-1989, p. 225). De fato, contrariamente a todas as solenes proclamações “democráticas”, a longa e vergonhosa história do colonialismo, da escravidão, da predação, da violência, do racismo, do genocídio, das arbitrariedades dos países “mais democráticos”, que se prolongam até os nossos dias, mostram o exato oposto da democracia.

Desde o início, portanto, com o sistema capitalista instaurado pela burguesia, a democracia formalmente proclamada, foi sempre mantida sob a guarda de uma plutocracia, subjugada aos interesses minoritários de um grupo social, tornando o Estado “comitê organizativo” dos seus interesses. Em algumas circunstâncias, a democracia burguesa chega até disfarçar sua dominação com formas mais ou menos liberais, mas sua matriz oligárquica e autoritária permanece inalterada, inclusive em autores reverenciados que não deixam de recomendar para se distanciar dos “fanatismos e da ignorância da plebe”, de desconfiar do “poder popular” e de alertar sobre o perigo do “despotismo da maioria” (Toqueville, 1995, p. 257).

Dessa forma, por trás da aparente novidade do moderno discurso sedutor da democracia, na prática, a burguesia comercializou uma mercadoria falsificada e reproduziu com outras roupagens a velha estrutura de poder dos sistemas autocráticos que havia combatido. De fato, ao se apropriar das modernas instituições, a democracia dos “liberais” tornou-se o melhor invólucro do capitalismo. Por isso, na moderna era do capitalismo e da “democracia” burguesa, além da concentração do poder econômico e político, multiplicaram-se o policiamento, o encarceramento, os métodos voltados a “vigiar e punir”, o crescimento impressionante das forças de segurança e uma assustadora indústria bélica altamente sofisticada. A rigor,

portanto, o que foi implantado pela burguesia não é uma nova ordem, mas uma receita requeitada das atávicas relações entre superior-inferior, chefe-subalterno, dirigente-dirigido, governante-governado, centro-periferia.

Explica-se, portanto, porque a burguesia sempre se juntou às forças reacionárias para sufocar no nascedouro movimentos, insurreições, organizações e países que viessem reivindicar a implementação da democracia no sentido efetivo de socialização do poder econômico, político e cultural. Tais posições levaram Gramsci (Q10, §9, p. 1.228-1.229) a desvelar a íntima ligação da ideologia liberal com o fascismo e o nazismo, regimes que não são anomalias e “exceções”, mas componentes constitutivos da burguesia e que emergem, particularmente, quando a exploração, a divisão de classe, o colonialismo e a escravidão deixam de funcionar dentro da “ordem estabelecida”. As duas Guerras Mundiais, as mais sangrentas da história da humanidade, inclusive com o uso chocante de bombas atômicas, são a demonstração mais cabal da natureza do capitalismo, da brutalidade da burguesia e do poder de destruição engendrado por essa “civilização” democrática.

A degradação da democracia burguesa

Ao término das duas trágicas Guerras Mundiais, quando uma nova era parecia levantar voo nas asas da democracia universalmente aplaudida, os novos governos que se instalavam nos países capitalistas só fizeram concessões e promoveram algo do assim chamado “estado de bem-estar social”, para se defender do “perigo vermelho” desencadeado pelas revoluções russa e chinesa, dos movimentos de libertação nacional, da independência nas colônias e das crescentes pressões das organizações dos trabalhadores. Mas, com a vitória da Guerra Fria e a dissolução da URSS em 1993, o mundo unipolar da “democracia liberal” proclamou triunfalmente o “fim da história” (Fukuyama, 1992), induzindo a crer que não havia alternativas afora da “globalização” do projeto neoliberal para o qual “não existe isto que chamam de sociedade” (M. Thatcher). A “nova

era” do neoliberalismo anunciada como plena liberdade, prosperidade, pacificação e unificação do mundo, na verdade, aprofundou desigualdades e divisões sociais, ergueu muros, aumentou o poderio dos países mais ricos, obstaculizou o desenvolvimento dos países periféricos, implantou o vale tudo do “anarco-capitalismo”, disseminou guerras, precarizou o trabalho, desintegrou organizações sociais, promoveu maciças migrações e devastou como nunca o planeta.

Em flagrante desmentida da missão civilizatória voltada a conduzir o mundo com “liberdade e democracia”, a globalização hegemônica pelo novo imperialismo rasgou de vez esses princípios ao tramar golpes, impor embargos e sanções econômicas, violar acordos e se apropriar dos recursos estratégicos do planeta. Todos os dados, inclusive do Fundo Monetário Internacional (FMI), mostram que, durante esse período, a pobreza da população mundial aumentou, enquanto as fortunas concentradas em poucas mãos se multiplicaram vertiginosamente.

Nem Marx podia imaginar um domínio econômico, social e político tão extenso, um poder capilar e esmagador jamais visto na humanidade quando, no *Manifesto do Partido Comunista*, descreveu genialmente a globalização do capital e a ação da burguesia. Hoje, o gigantesco poderio de um novo império assume proporções totalitárias ao concentrar o monopólio do sistema financeiro, ao incrementar um monstruoso complexo industrial-militar pronto a intervir em qualquer canto do globo, ao inundar o planeta com seus tentáculos econômicos e constelar o espaço com uma intensa e sofisticada rede de tecnologia. Alardeados para reduzir o tempo de trabalho, emancipar as massas populares e desenvolver a ciência, os instrumentos tecnológicos da moderna “democracia capitalista” foram logo convertidos em meio para extrair vultuosas riquezas, subjugar melhor os trabalhadores e corroer as relações humanas.

A marcha irrefreável do “progresso” desse poder assume proporções incontroláveis com o oligopólio das *Big Techs*, quando o capitalismo domina não só o sistema produtivo, financeiro e militar, mas captura como nunca a mais-valia derivada da produção intelectual de cientistas e pesquisadores, muitos deles financiados com verbas públicas,

administrando, assim, uma imensa massa de dados que lhe conferem uma supremacia estrategicamente central. Ao exaltar a liberdade sem limites e o individualismo absoluto e instaurar as fortalezas inexpugnáveis de megacorporações hiperpredatórias, o neoliberalismo está devorando os resquícios de democracia e até o próprio Estado. Este, inicialmente configurado pela burguesia com a função de segurança e defesa, hoje passa a ser subjugado por grupos que concentram a gestão de mais de 20 trilhões de dólares (*BlackRock*, *State Street* e *Vanguard* etc.) e poderosas plataformas digitais (Meta, Google, Apple, Microsoft, Palantir, Amazon, TikTok, OpenAI, Space X, Alibaba etc.), cujo patrimônio e influência propiciam condições para interferir na soberania de qualquer país.

Dessa forma, o Estado não apenas é tolhido das suas funções precípuas, mas acaba sendo esvaziado também do “monopólio legal da violência”, substituído pelas armas mais eficazes da “guerra híbrida” travada na indústria cultural digital, nas infovias do ciberespaço que manipula a opinião pública e o comportamento das massas, explora emoções e sensacionalismo, pratica terrorismo econômico, destrói reputações, determina o fluxo das informações e o resultado das eleições “democráticas”. Atualmente, o jogo político e as decisões sociais se definem principalmente na falsa esfera pública das redes, em sua maioria monopolizadas pelo grande capital, cuja capilaridade de informação e rapidez de mobilização de massas nenhum partido ou organização política chega a alcançar. Detentor desses novos meios, a metamorfose do capitalismo atual penetra também em esferas que pareciam fora do seu alcance: na psique, na afetividade, nos sentimentos, nas pulsões mais instintivas, no imaginário, na religião, na arte, revelando abertamente o blefe da sua “democracia” dominada por uma pequena elite que reivindica para si a liberdade absoluta de agir e se expressar, interditando-a ao resto da população.

O grau de voracidade e prepotência do “imperialismo democrático”, oxímoro já denunciado por Gramsci (1980, p. 115) e do tecno-capitalismo que desafiam legislações e não prestam conta à sociedade, mostra seus efeitos mais letais na desintegração da sociabilidade e na perda da potência política coletiva. Críticas, manifestações populares, movimentos sociais e organizações

políticas que tentam se contrapor são desqualificadas e silenciadas, assim como toda denúncia, dissidência ou rebelião é logo perseguida e reprimida pelos grandes “modelos democráticos” da humanidade. O poderio dessa dominação é tão sofisticado que todos os e-mails, todas as chamadas telefônicas e mensagens de texto de qualquer tipo (incluindo WhatsApp, Telegram, Signal etc.), cada URL e tudo que é emitido pela grande maioria da população mundial é capturado pelo sistema totalitário, que possui meios para acessar e administrar o que passa nos cabos submarinos, no tráfego via satélite e nos imensos dados armazenados na “nuvem”.

Desse quadro pavoroso deriva o crescente descrédito na democracia e a repulsa pela política, uma vez que nem a “democracia liberal” nem a afável “social-democracia” e menos ainda o “elevado nível” dos países mais avançados conseguiram atender às reivindicações fundamentais da população e resolver os graves problemas mundiais. Infelizmente, como já mostrou a história, quando as crises se agudizam e o padrão de vida da população é penalizado, junto com a frustração e o ressentimento, explodem revoltas e escala a violência. Um caldo favorável que leva a invocar regimes autoritários e figuras messiânicas ungidas para restaurar a “civilização” e salvar a “ordem” do mundo, estabelecendo inimigos, lista de “terroristas”, “conspirações comunistas”, “eixo do mal”, perseguindo quem é considerado fora dos seus padrões e livrando-se dos pesos humanos inúteis, ainda mais em um mundo que, a caminho dos 10 bilhões de habitantes, configura-se ingovernável e insustentável para o capitalismo.

Não é, portanto, de se surpreender que a destruição da democracia e a feudalização do capitalismo estejam promovendo a corrida de bilionários para instalar colônias em outros planetas e construir *bunkers* para se proteger de um eventual apocalipse, sinal mais evidente da regressão à era das cavernas. Com isso, as aparências de democracia, já abaladas por uma sequência de crises do capitalismo, deflagradas no próprio coração do império, particularmente a partir de 2008, foram ruindo por completo nas últimas décadas.

Estamos, de fato, assistindo, ao vivo, ao enterro da democracia em muitos países avançados, particularmente, nos Estados Unidos governados por Donald Trump, que determina com arrogância o expansionismo, a

violação de direitos, dissemina o clima de terror, deporta imigrantes, impõe taxas indiscriminadas, decreta sentenças, instala magnatas no comando de setores estratégicos e escancara as portas para o capitalismo predatório. Na verdade, por trás da retórica de colocar ordem no “caos” do mundo e restaurar a “grandeza” da América, o que se esconde, mais uma vez, é uma virulenta contraofensiva para impedir o desenvolvimento de outros países, a universalização dos direitos, a efetivação da democracia e a reconfiguração geoeconômica e política em gestação no mundo.

Articulada em torno desse projeto reacionário, a extrema-direita que se alastra no mundo revela mais abertamente a pulsão destrutiva do capitalismo e a incompatibilidade com a democracia, embora declare formalmente agir “dentro das quatro linhas da Constituição” e defender “Deus, pátria e família!”. Tal como o fascismo e o nazismo clássicos surgiram para enfrentar ameaças ao capitalismo e disseminaram insegurança, medo e descrédito nas instituições com sofisticados mecanismos de manipulação de massa; atualmente, as novas versões do nazifascismo e a “democracia” ultraliberal seguem o mesmo caminho. Com a diferença que o nível de degradação do neofascismo atual de matriz “milicianista” e fundamentalista, como ocorre no Brasil, recorre a grotescas figuras que se apresentam como antissistema, a personagens histriônicos que encenam bravatas e soluções simplistas, que transformam a política em guerra de *fake news*, explorando os instintos mais baixos e pregando um “nacionalismo que considera as grandes massas populares como gado” (Gramsci, Q6, §135, p. 799).

Dessa forma, o projeto da democracia burguesa, que inicialmente parecia promissor, foi revelando não só a “incapacidade de cumprir suas promessas” (Bobbio, 1989, p. 10), mas chegou a alcançar um grau de podridão e letalidade que o tornam séria ameaça para a humanidade. O domínio implantado pela burguesia e o capitalismo, de fato, não apenas é incompatível com a democracia, mas também com a vida do planeta, uma vez que a voracidade do seu crescimento ilimitado está provocando o colapso social e ambiental. Então, frente à crise sistêmica tão profunda e devastadora e ao esgotamento do modelo vigente de sociedade, que atingem

o próprio coração dos “democráticos países centrais”, a conclusão é inescapável: quando se torna “estrutural”, a crise não é mais resolvível no âmbito da mesma formação social em que é determinada: “só pode ser superada construindo uma nova estrutura” (Gramsci, Q14, §57, p. 1.716), um novo modo de produção e novas relações sociais.

Armadilhas e impasses na construção da democracia

Contrariamente ao reiterado mantra de que “parece mais fácil acreditar no fim do mundo do que no fim capitalismo” (F. Jameson), vale lembrar que não há sistema totalitário que não possa ser derrubado por meio de enfrentamentos, insurreições e revoluções protagonizadas por organizações políticas e movimentos populares, como já ocorreu várias vezes na história. Reações tímidas, meios termos, posturas de vitimismo e sectarismo, reformismo e conciliações não mudam a situação. Também as diversas versões de “revolução passiva” acabam se tornando insidiosos expedientes que fortalecem ainda mais o sistema vigente.

Incluindo o fascismo e o fordismo, Gramsci (Q8, §236, p. 1.089; Q22, §2, p. 2.145-2.146) mostrou exaustivamente como as diversas “revoluções passivas” adotadas pela burguesia foram desencadeadas para neutralizar as insurgências populares. Método esse utilizado, também, na América Latina quando as revoluções de independência foram esvaziadas pela política imperial dos Estados Unidos, cujo objetivo principal é preservar a Doutrina Monroe (1823) emanada para legitimar intervenções militares e garantir seus interesses ideológicos e econômicos a pretexto de defender a democracia do “inimigo externo” (Guimarães, 1999, p. 99).

Na história do Brasil, esse roteiro é mais do que conhecido. A república que derrubou o império não trouxe democracia e inclusão, mas pavimentou o caminho para a consolidação da casta militar associada à classe dominante. Também a “modernização conservadora” deflagrada no início do século XX, com promessas democráticas entronizou uma elite empresarial que não permitiu a implantação das “reformas de base”, ao

contrário, deflagrou o golpe militar-empresarial, apoiado pelos Estados Unidos! Derrubada a ditadura, quando se aclamava euforicamente a democracia, o Brasil operou uma passagem vigiada para a “Nova República”. Na prática, no lugar de uma transição para a democracia, armou-se uma “transação” pelo alto (Fernandes, 1986, p. 87) e instaurou-se um “simulacro de democracia” (Oliveira; Paoli, 1999, p. 150).

A própria promulgação da Constituição de 1988 não se traduziu em ruptura da concentração do poder econômico, da desigualdade, do racismo, das estruturas excludentes e da exploração do trabalho. Na verdade, o regime militar foi substituído pela ditadura mais sutil do neoliberalismo, que introduziu privatizações generalizadas, precarização do trabalho e a selvageria financeira que transfere, todos os anos, R\$1 trilhão ao 0,1% de rentistas que decidem praticamente os rumos do país. Os sucessivos governos da “Nova República”, ainda que tenham promovido alguns avanços, frustraram as expectativas mais essenciais da democracia. Ao adotar o “transformismo” e absorver muitas forças progressistas na “democracia liberal”, neutralizaram o “reformismo revolucionário” orientado a realizar, progressivamente, a socialização da política e da economia, de modo a “superar o capitalismo” (Coutinho, 2000, p. 116).

Dessa forma, os abalos que o Brasil sofreu nessas últimas décadas, com o tsunami do neoliberalismo, a adesão ao Consenso de Washington, as privatizações indiscriminadas e a desindustrialização, pavimentaram o caminho para a expansão da extrema-direita em diversos setores sociais, nas instituições públicas, nas forças armadas, nas igrejas, mostrando a fragilidade da democracia conquistada e gerando grandes temores. Ainda mais quando se percebe que, em meio à degradação profunda que se alastra no mundo com a radicalização devastadora do capital, não despontam alternativas consistentes e forças suficientemente organizadas para reagir e superar situação tão dramática. Impasse esse que faz lembrar de uma das lapidares percepções de Gramsci (Q3, §34, p. 311):

Se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as

grandes massas se descolaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam etc. A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer; neste “interregno” se verificam os fenômenos patológicos mais variados.

Desafios para criar a democracia como “poder popular”

No entanto, se nesse confuso e perigoso “interregno” viralizam ceticismo, resignação, desagregação e apatia, não faltam atividades sociais e culturais, organizações políticas e movimentos populares, no Brasil e no mundo, que, mesmo dispersos e desarticulados, denunciam o embuste da democracia vigente, alertam sobre os desastres climáticos e o rumo catastrófico que o mundo vem trilhando. Além de organizações de caráter cooperativo e de integração em diversas regiões do planeta (Celac, União Africana, Associações de Nações do Sudeste Asiático [Asean] etc.), uma das iniciativas que ganha maior consistência é a formação do BRICS (Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul), constituído em 2009 e que vem se ampliando com a agregação de mais “países emergentes” do sul global. Um movimento cuja semente foi lançada na Conferência de Bandung (Indonésia), em 1955, quando líderes de 29 países asiáticos e africanos se reuniram para denunciar o colonialismo, o imperialismo e a lógica da Guerra Fria.

Aquele “Terceiro Mundo”, que visava não se alinhar com as duas grandes potências que repartiam o poder global, sinalizava para a superação de um mundo bipolar e para criar alianças sul-sul que propiciassem “encontro de civilizações” no lugar do “choque de civilizações” (Huntington, 1996). Atualmente, com o fortalecimento do BRICS que vem provocando um deslocamento das “placas tectônicas” socioeconômicas, surgem horizontes de uma nova ordem mundial, que rejeita o mundo unipolar e defende multipolaridade, colaboração, diálogo, autodeterminação e respeito dos povos em suas diversidades.

Promissor e complexo, imprevisível e não isento de contradições, esse projeto que aglutina diversas nações reúne dados que abalam a

dominação do “Ocidente” colonizador e reconfiguram o tabuleiro geopolítico e econômico mundial. Nas últimas décadas, de fato, países do sul global apresentam uma trajetória mais elevada de crescimento em relação ao G7 (Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Itália e Japão) do norte global. Se no final da Guerra Fria o norte global respondia por 57,2% do PIB global, e o sul global por 42,8%, atualmente, essas proporções se inverteram. Conforme as “Perspectivas Econômicas Mundiais” do Fundo Monetário Mundial (FMI), no relatório de abril de 2024, o G7 respondeu por 28,8% da economia mundial, enquanto o BRICS alcançou 40,2%. Com suas estruturas econômicas, instituições financeiras (Novo Banco de Desenvolvimento dos Brics, *Regional Comprehensive Economic Partnership* etc.) e crescentes investimentos industriais, científicos e tecnológicos, o sul global caminha para se tornar o centro de gravidade do mundo atual, sendo a China a locomotiva principal, que ultrapassa os Estados Unidos em diversos setores.

Mas, nessa “nova guerra fria”, contrastar a “ordem” dominante e rivalizar com as potências colonizadoras “ocidentais”, mesmo com números significativos em termos de população, de PIB e de avanços sociais, embora necessário, não é suficiente. Tal como ocorreu nas democracias ocidentais e também em países socialistas, o desenvolvimento econômico, os benefícios sociais e a expansão do consumo não garantem a realização da democracia no seu sentido efetivo, nem a criação de uma civilização que supere o capitalismo.

Para alcançar esse objetivo, além de planos vindos de cima e de instituições internacionais, é necessário um conjunto de iniciativas voltadas a incrementar a subjetivação das massas populares e organizar, cada vez mais, o seu protagonismo político. Habilitar indivíduos ao “trabalho qualificado e ao exercício da cidadania” para terem emprego, serem consumidores e meros eleitores inseridos com eficiência no sistema vigente, não garante a democracia. O que mais importa é promover “um progresso intelectual de massa” (Gramsci, Q11, §12, p. 1.385) e criar condições para que os trabalhadores e as camadas populares possam se organizar, tornando-se sujeitos conscientes e autônomos, socializados e criativos, de modo a determinar os rumos da própria sociedade e dirigi-la democraticamente.

Demorado e repleto de enormes desafios, esse processo pode parecer utópico e sonhador, mas está intimamente vinculado às lutas dedicadas a combater a catástrofe ambiental e tornar o planeta *habitat* coletivo e “casa comum”. Ora, se for verdade que a onda crescente da consciência ecológica, da universalização das conquistas da humanidade e dos bens comuns do planeta não poderá dar resultados efetivos se não for superado o capitalismo, também não será possível resolver os graves problemas que afetam a humanidade se não for mudada a “ordem” dominante e seu modelo de democracia. O câncer, de fato, que corrói a sociedade e devasta o planeta, é o mesmo. Essa metástase poderá ser vencida não só com mais eficiência econômica, tecnológica e militar, mas, principalmente, com conhecimento, conscientização e lutas deflagradas em diversas frentes para construir a democracia em seu efetivo sentido de exercício de “poder popular”.

Grandioso e inescapável, esse empreendimento não poderá ser realizado pelo “desenvolvimento sustentável” administrado pelo capital e conduzido pelas classes dominantes, mas pelo protagonismo político das forças populares nacional e internacionalmente articuladas, pelas classes sociais subjugadas, pelos povos periféricos e colonizados que mais sofrem as catástrofes sociais e ambientais. Combater o colapso socioambiental, recuperar o ecossistema e a biosfera e construir a democracia que não se realizou é a tarefa histórica mais desafiadora que se coloca para a geração atual. Não se pode esquecer que, no processo unitário do real, entre ser humano e natureza há um metabolismo e uma dialética histórica fundamentais (Gramsci, Q11, §34, p. 1.449).

O planeta e a humanidade, de fato, são duas facetas interdependentes e inseparáveis, formam um corpo unitário, constituem o ecossociosistema que engloba a grande constelação dos povos, os recursos naturais, a diversidade de espécies, a enorme riqueza de histórias, culturas e criações. Está mais do que evidente que crescentes epidemias e doenças, inclusive psíquicas e mentais, têm uma conexão muito estreita com a destruição do metabolismo do homem com a natureza e com a degradação das relações humanas e sociais.

Dessa forma, se o cuidado com o planeta e a construção da democracia estão entrelaçados e podem só ocorrer por meio da ação coletiva, não devem ser delegados a uma minoria de representantes, ainda mais se forem bilionários e de classes privilegiadas. Se, na Era Moderna, “uma internacional espiritual burguesa” rompeu o sistema feudal e o absolutismo e construiu uma nova ordem social com base na “absolutização” da liberdade individual e da propriedade privada, hoje, a maior tarefa e responsabilidade histórica da classe internacional dos subjugados é derrubar o totalitarismo ultraneoliberal e construir uma sociedade dirigida democraticamente pelas massas populares politicamente organizadas.

Nesse sentido, discursos, denúncias, reações fragmentadas, revoltas e “subversivismo esporádico e desorgânico” (Gramsci, Q8, §25, p. 957) contra a decadência da “civilização ocidental” etc., a pouco servem. Marx já mostrou que “de tempos em tempos os operários vencem, mas só brevemente”. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a sua união a ser ampliada cada vez mais” (Marx; Engels, 2009, p. 18). Gramsci (Q13, §17, p. 1.588) aponta na mesma direção quando sustenta que “o elemento decisivo de toda situação é a força permanentemente organizada”, não só no âmbito nacional, seu ponto de partida, mas também internacional, uma vez que “o proletariado é a classe internacional” (Q14, §68, p. 1.729) e que “o progresso real da civilização ocorre pela colaboração de todos os povos” (Q11, §48, p. 1.470).

Torna-se, portanto, urgente organizar e desencadear uma revolução sociopolítico-ambiental de alcance mundial, tendo como horizonte a construção de uma sociedade conduzida pelo “governo do povo para o povo”, pelo “autogoverno dos produtores associados” (Marx, 1979, p. 85), que, além da emancipação política, leve à socialização do poder econômico e cultural. “Povo”, de fato, não é só o possuidor da força de trabalho, mas, acima de tudo, o efetivo titular do poder e o agente da potência social, política e cultural. Por isso, a construção do novo modo de produção e da nova sociedade deve estar conectada com a concepção hegemônica de uma democracia popular que “favorece a passagem dos grupos dirigidos ao grupo dirigente” (Gramsci, Q8, §191, p. 1.056).

Portanto, sem reduzir a democracia a “mercado” de eleições periódicas manipuladas, é preciso que as forças efetivamente democráticas se articulem nacional e internacionalmente para desenvolver as condições que propiciem às classes populares o protagonismo ativo na criação da nova ordem mundial, exercendo efetiva e permanentemente seu poder, de modo a determinar o novo modo de produção e a realização integral da democracia. Torna-se, então, necessário implementar um processo de formação social e política continuada em todas as etapas da vida e da escola, “sem partido”, não há dúvida, mas que seja capaz de interligar conhecimento universal, tecnologias mais avançadas e formação intelectual com o mundo do trabalho e as questões sociais e ambientais, de modo a preparar a todos para dirigir democraticamente a “polis” local, nacional e internacional. Pois, “não há desenvolvimento no terreno econômico, sem os desenvolvimentos simultâneos nos terrenos ideológico, jurídico, intelectual, filosófico etc.” (Gramsci, Q6, §200, p. 839-840).

Ainda que de forma progressiva, analisando a realidade objetiva concreta e levando em conta as relações de forças no contexto nacional e internacional, as lutas populares e os governos “progressistas” não podem se limitar a realizar uma política de redução de danos, a optar pelo “mal menor”, administrando um pouco melhor o capital sem tocar nas estruturas fundamentais do sistema. Para criar uma “nova civilização”, o ponto de virada é a revolução, “o fenômeno mais grandioso da atividade humana” (Gramsci, 2004, p. 103). Os propósitos, portanto, de criar um mundo multipolar baseado na cooperação, no desenvolvimento, no multilateralismo, no respeito às diferenças e na preservação do planeta, devem vir acompanhados por intensas iniciativas que promovam a formação de um ser humano multidimensional e o protagonismo das massas populares na construção de uma democracia capaz de distribuir as riquezas produzidas por todos, universalizar os direitos e cuidar dos recursos da natureza.

Para uma efetiva transformação, a mudança de pêndulo do norte global para o sul global não pode significar a passagem de um capitalismo desenfreado para um capitalismo mais domesticado, do neoliberalismo para um desenvolvimentismo econômico gerenciado por bons administradores.

Além dos tratados comerciais e monetários, científicos e tecnológicos, necessários, claro, o sul global precisa articular e fortalecer as bases populares para criar as condições de uma democracia no seu sentido mais efetivo, se for verdade que o titular do poder é o povo. É preciso não perder de vista esse horizonte revolucionário para saber se o que está em gestação no Brasil e no mundo é o início de uma nova era ou uma outra revolução passiva para o capitalismo se recompor, adquirir novamente fôlego e continuar mais forte. Propostas sincréticas e um holismo harmonizador, mesmo bem-intencionadas, não mudam a realidade.

Por isso, Gramsci (Q10, §41, p. 1.319-1.320) alerta que

As ideologias voltadas a conciliar interesses opostos e contraditórios são criação inorgânicas e a sua “historicidade” será breve [...] A filosofia da práxis, ao contrário, é a expressão das classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte do governo e têm interesse em conhecer todas as verdades, mesmo as desagradáveis e evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e até de si mesmos.

Referências

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Ática/Ed. UnB, 1989.

FERNANDES, Florestan. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. A cura di V. Gerratana. Torino: Einaudi, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. vol. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

- GRAMSCI, Antonio. *Cronache torinesi 1913-1917*. Torino: Einaudi, 1980.
- GUIMARAES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Lineamenti di filosofia del diritto*. Roma-Bari: Laterza, 1996.
- HUNTINGTON, Samuel. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon and Schuster, 1996.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Critica illuminista e crisi della società borghese*. Bologna: Il Mulino, 1984.
- LOSURDO, Domenico. *Controstoria del liberalismo*. Roma-Bari: Laterza, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. Guerra civil na França. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto del partito comunista*. Traduzione e Introduzione di D. Losurdo. Roma-Bari: Laterza, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Werke*. Berlin: Dietz, 1955-1989.
- OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). *Os sentidos da democracia, políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Il contratto sociale*. Torino: Einaudi, 1996.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discorso sull'origine e i fondamenti dell'ineguaglianza tra gli uomini*. Roma: Editori Riuniti, 2018.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Oeuvres complètes, III*. Paris: Gallimard, 1964.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *La democrazia in America*. Milano: Rizzoli, 1995.

Data de registro: 10/07/2025

Data de aceite: 25/02/2026